



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
ORÇAMENTO EMPRESARIAL
AMBEV S/A

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
ORÇAMENTO EMPRESARIAL
AMBEV S/A

MÓDULO ORÇAMENTO E TRIBUTOS

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - PROF. DANILO MORAIS DOVAL

GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRIBUTOS - PROF. ANTONIO
DONIZETI FORTES

Estudantes:

Emerson Vidal Ribeiro, RA 1012022201506

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA	3
3. PROJETO INTEGRADO	4
3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	4
3.1.1 ORÇAMENTO DE VENDAS	4
3.1.2 ORÇAMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS	5
3.1.3 ORÇAMENTO EMPRESARIAL	6
3.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRIBUTOS	8
3.2.1 LUCRO REAL	10
3.2.2 LUCRO PRESUMIDO	11
3.2.3 SIMPLES NACIONAL	12
3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: EXERCITANDO O EMPREENDEDORISMO	12
3.3.1 EXERCITANDO O EMPREENDEDORISMO	12
4. CONCLUSÃO	14
REFERÊNCIAS	15
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO	18

1. INTRODUÇÃO

Este projeto integrador tem como objetivo a construção de um orçamento empresarial a partir dos dados apresentados no Demonstrativo de Resultado do Exercício, considerando os três últimos trimestres do apresentados publicamente no ano de 2022 de uma empresa de capital aberto, Ambev S. A.

Neste trabalho serão apresentados os componentes do orçamento empresarial, assim como os tipos de orçamento presentes no orçamento empresarial, visando demonstrar sua importância e processo de elaboração do orçamento dentro das empresas. Para que um orçamento seja institucionalizado dentro de uma organização, torna-se necessário alta participação da diretoria da empresa e envolvimento dos colaboradores em seu processo de montagem.

Também será apresentada a importância do sistema tributário nacional para as organizações, assim como seu funcionamento e regimes tributários que as empresas podem se enquadrar, de forma a demonstrar a sua relevância dentro do ambiente empresarial.

2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

De acordo com B3, a Ambev S/A tem como registro de CNPJ a numeração 07.526.557/0001-00, tendo como atividade principal: Fabricação e distribuição de cervejas, refrigerantes e bebidas não carbonatadas e não alcoólicas; e classificação setorial: Consumo não Cíclico / Bebidas / Cervejas e Refrigerantes. Com base no Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Receita Federal, a Matriz da empresa Ambev S/A está localizada no endereço: Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, 04530-001.

A Ambev S/A foi constituída pela fusão das empresas Companhia Antártica Paulista e a Companhia Cervejaria Brahma, sendo realizada no ano de 1999 e aprovada pelo CADE em 2000, ficando conhecida como a Companhia de Bebidas das Americas - Ambev (CAMARGO; BARBOSA, 2005). A Ambev S/A possui atividade em 18 países das américas, sendo eles: Antígua, Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile,

Cuba, Dominica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Sanit Vicent e Uruguái (RI - AMBEV, 2023).

Seus produtos são focados exclusivamente em bebidas, sendo seus produtos divididos entre bebidas alcoólicas e não alcoólicas; nas bebidas alcoólicas possuem cervejas, chopps e bebidas mistas; nas bebidas não alcoólicas possuem refrigerantes, sucos, isotônicos, energéticos, águas e chás (AMBEV, 2023). Além dos produtos mencionados, a Ambev S/A também possui o serviço de entrega diretamente ao consumidor, sendo realizada pelo aplicativo Zé Delivery.

O demonstrativo de resultado da Ambev S/A, publicado acerca do 4 trimestre de 2022, constatou uma receita líquida anual de 79.708,8 milhões, desta forma, por ter um faturamento superior a 78 milhões de reais, a empresa se enquadra no regime de tributação lucro real, conforme Lei N° 9.718/1998.

3. PROJETO INTEGRADO

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A gestão orçamentária constitui-se pelo uso do orçamento como ferramenta para planejar e controlar os planos de ações da organização, sendo elaborado com auxílio dos gestores e diretores para que os valores provisionados no orçamento estejam de acordo com as tomadas de decisões da empresa, ou seja, o orçamento se caracteriza por uma ferramenta elaborada a partir de planos sistemáticos em conjunto aos demais setores de uma organização com a finalidade de atingir os objetivos e metas da organização, podendo ser utilizado como métrica de controle do desempenho organizacional (PADOVEZE, 2009).

3.1.1 ORÇAMENTO DE VENDAS

O orçamento de venda se caracteriza por um dos planos para a elaboração do orçamento empresarial, sendo responsável pelo planejamento das receitas e despesas incorridas durante o processo de vendas durante um período, desta forma, este orçamento apresenta a atividade futura desempenhada pela organização, tendo os demais orçamentos elaborados a partir das estimativas de vendas apresentados neste

orçamento (OLIVEIRA, 2014). Este orçamento é elaborado a partir das informações fornecidas pelo setor de marketing/vendas acerca da projeção de vendas da organização, sendo estimado a quantidade de venda, preço e receita esperada (HOJI, 2001).

As estimativas do orçamento de vendas deve ser elaborado com base no período, região e produto que estará sendo vendido, sendo apresentado a decisão sobre quais meios serão utilizados para a propaganda e promoção de seus produtos; a política de pagamento que será adotada com os clientes, podendo ser à vista ou a prazo; e a composição dos preços de venda das linhas de produtos comercializados (OLIVEIRA, 2014).

Padoveze (2009) apresenta que na composição do orçamento de vendas, possui aspectos que devem ser analisados, como a identificado a sazonalidade dos produtos que estão sendo comercializados; a projeção de moeda estrangeira, em situações de venda em mercado externo; a identificação dos impostos e créditos fiscais incidentes sobre a venda de cada produto e mercado; a projeção de inadimplência dos compradores, identificação do mercado interno e externo, e o identificação do perfil do cliente.

3.1.2 ORÇAMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS

O orçamento das despesas operacionais se constitui pela previsão de todos os gastos incorridos em sua atividade para que a empresa consiga realizar a venda aos seus consumidores, sendo esse orçamento composto pelos gastos apresentados nas despesas de vendas, administrativas, financeiras e tributárias (HEINECK; FEIL, 2018).

O orçamento de despesas de vendas compõe todos os gastos que possuem vinculação com as atividades de venda e distribuição do produto ao cliente, sendo os gastos como frete, comissão de venda, gastos com propaganda, salário dos colaboradores, depreciação de equipamentos, dentre outros (BENDO et al., 2015).

O orçamento de despesas administrativas se refere aos gastos que não estão atrelados ao processo produtivo da organização, ou seja, não vinculados à atividade fim da organização, sendo considerados como gastos indiretos necessários para o

funcionamento da empresa, como os gastos com viagens, pessoal, energia elétrica, telefonia, e outros (HEINECK; FEIL, 2018).

O orçamento de despesas financeiras tem como objetivo mensurar a necessidade de recursos financeiros da organização, sendo realizado o dimensionamento das entradas e saídas futura do caixa, de forma a compreender a necessidade da empresa em captar recursos para o capital de giro ou para investimento, permitindo a execução dos planos de ações determinados pelo nível estratégico (ZDANOWICZ, 2021).

O orçamento de despesas tributárias é responsável por gerenciar os tributos diretos e indiretos incorridos pela operação da empresa, de forma a identificar os impostos, taxas e contribuição de melhorias geradas pela operação da empresa, relacionando com seus respectivos níveis de governo e período, assim como a obtenção de benefícios fiscais a empresa (BENDO et al., 2015). Também se atribui a este orçamento, a responsabilidade de dimensionar o nível de participação dos tributos na operação da empresa, tendo como objetivo entender sua influência na precificação de seus produtos (HEINECK; FEIL, 2018).

3.1.3 ORÇAMENTO EMPRESARIAL

O Demonstrativo do Resultado do Exercício é um dos demonstrativos financeiro utilizados para avaliar o desempenho organizacional, o qual fornece informações resumidas e agrupada em contas de receitas, custos e despesas, permitindo aos administradores das empresas, bancos e acionistas avaliarem o resultado operacional da empresa em um determinado período (GITMAN, 2017). O demonstrativo de resultado tem como objetivo realizar a apuração do lucro ou prejuízo de um determinado exercício, permitindo melhora no controle financeiro e desempenho organizacional (DE JESUS; ESTENDER, 2017).

Uma das técnicas utilizadas para analisar os demonstrativos contábeis é a análise vertical, que se caracteriza pela identificação do percentual de conta ou de grupo de contas em relação a um conjunto, ou seja, tem como função analisar a composição de contas dentro de um conjunto de forma a identificar sua variação (IGARASHI et al., 2010). Outra técnica aplicada em demonstrativos financeiros é a análise horizontal, que

consiste em comparar um dado entre dois ou mais períodos a partir de um quociente base, podendo identificar a evolução das contas entre os períodos, de forma a reconhecer tendências (IGARASHI et al., 2010).

Conforme as técnicas de análises de demonstrativos financeiros supracitados, serão empregadas para a analisar o Demonstrativo de Resultado do Exercício da empresa Ambev S.A., de forma a compreender a sua situação financeira e tendência de crescimento

DRE - ANÁLISE VERTICAL

<i>R\$ milhões</i>	2T22	AV%	3T22	AV%	4T22	AV%
Receita líquida	R\$ 17.989,00	100%	R\$ 20.587,64	100%	R\$ 22.693,04	100%
Custo dos produtos vendidos	-R\$ 9.374,25	-52%	-R\$ 10.648,07	-52%	-R\$ 10.985,26	-48%
Lucro bruto	R\$ 8.614,74	48%	R\$ 9.939,57	48%	R\$ 11.707,78	52%
Despesas logísticas	-R\$ 2.614,98	-15%	-R\$ 3.000,38	-15%	-R\$ 3.250,94	-14%
Despesas comerciais	-R\$ 1.875,88	-10%	-R\$ 1.896,40	-9%	-R\$ 2.048,11	-9%
Despesas administrativas	-R\$ 1.294,80	-7%	-R\$ 1.314,34	-6%	-R\$ 1.454,19	-6%
Outras receitas/(despesas) operacionais	R\$ 1.239,43	7%	R\$ 348,69	2%	R\$ 539,06	2%
Lucro operacional ajustado	R\$ 4.068,51	23%	R\$ 4.077,14	20%	R\$ 5.493,60	24%
Itens não usuais	-R\$ 31,22	0%	-R\$ 19,82	0%	-R\$ 65,00	0%
Lucro operacional	R\$ 4.037,29	22%	R\$ 4.057,32	20%	R\$ 5.428,60	24%
Resultado financeiro líquido	-R\$ 495,46	-3%	-R\$ 1.251,06	-6%	-R\$ 1.079,93	-5%
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	-R\$ 3,21	0%	-R\$ 2,35	0%	-R\$ 21,14	0%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	R\$ 3.538,62	20%	R\$ 2.803,90	14%	R\$ 4.327,53	19%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-R\$ 474,57	-3%	R\$ 411,10	2%	R\$ 755,87	3%
Lucro líquido do período	R\$ 3.064,05	17%	R\$ 3.215,01	16%	R\$ 5.083,40	22%
Participação dos controladores	R\$ 2.969,74	17%	R\$ 3.108,56	15%	R\$ 4.966,87	22%
Participação dos não controladores	R\$ 94,30	1%	R\$ 106,45	1%	R\$ 116,53	1%
Lucro líquido ajustado do período	R\$ 3.085,80	17%	R\$ 3.229,76	16%	R\$ 5.299,68	23%

Baseando nos dados apresentados acima sobre os resultados da empresa Ambev S. A. e empregando a técnica de análise vertical, compreende-se que sua receita líquida não apresentou diferenças significativas na composição das contas entre o 2T22 para o 3T22, porém, podemos observar uma mudanças significativas quando se comparado ao mês 4T22 nas contas de “Custo de produtos vendidos” que teve uma redução de 4%, ocasionando um aumento no lucro líquido do período, tendo um retorno acima dos períodos anteriores.

DRE - ANÁLISE HORIZONTAL

<i>R\$ milhões</i>	2T22	3T22	AV%	4T22	AV%
Receita líquida	R\$ 17.989,00	R\$ 20.587,64	14%	R\$ 22.693,04	10%
Custo dos produtos vendidos	-R\$ 9.374,25	-R\$ 10.648,07	14%	-R\$ 10.985,26	3%
Lucro bruto	R\$ 8.614,74	R\$ 9.939,57	15%	R\$ 11.707,78	18%
Despesas logísticas	-R\$ 2.614,98	-R\$ 3.000,38	15%	-R\$ 3.250,94	8%
Despesas comerciais	-R\$ 1.875,88	-R\$ 1.896,40	1%	-R\$ 2.048,11	8%
Despesas administrativas	-R\$ 1.294,80	-R\$ 1.314,34	2%	-R\$ 1.454,19	11%
Outras receitas/(despesas) operacionais	R\$ 1.239,43	R\$ 348,69	-72%	R\$ 539,06	55%
Lucro operacional ajustado	R\$ 4.068,51	R\$ 4.077,14	0%	R\$ 5.493,60	35%
Itens não usuais	-R\$ 31,22	-R\$ 19,82	-37%	-R\$ 65,00	228%
Lucro operacional	R\$ 4.037,29	R\$ 4.057,32	0%	R\$ 5.428,60	34%
Resultado financeiro líquido	-R\$ 495,46	-R\$ 1.251,06	153%	-R\$ 1.079,93	-14%
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	-R\$ 3,21	-R\$ 2,35	-27%	-R\$ 21,14	798%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	R\$ 3.538,62	R\$ 2.803,90	-21%	R\$ 4.327,53	54%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-R\$ 474,57	R\$ 411,10	-187%	R\$ 755,87	84%
Lucro líquido do período	R\$ 3.064,05	R\$ 3.215,01	5%	R\$ 5.083,40	58%
Participação dos controladores	R\$ 2.969,74	R\$ 3.108,56	5%	R\$ 4.966,87	60%
Participação dos não controladores	R\$ 94,30	R\$ 106,45	13%	R\$ 116,53	9%
Lucro líquido ajustado do período	R\$ 3.085,80	R\$ 3.229,76	5%	R\$ 5.299,68	64%

Analisando a evolução dos contas do demonstrativo do resultado do exercício por meio da análise horizontal, observa-se que teve um aumento constante na Receita Líquida, crescendo em média 12% ao trimestre; enquanto pode-se perceber que entre o 3T2022 para o 4T2022 teve uma queda no crescimento no Custo dos Produtos Vendidos, o que corrobora com os resultados da análise vertical acerca desta conta; as contas de Despesas possuem uma redução do 2T2022 para o 3T 2022, porém, no trimestre seguinte, acompanhou o crescimento das demais contas, não apresentando uma variação considerável; por fim, o Lucro Líquido foi a conta que mais apresentou crescimento de um período para o outro, tendo aumentado em 58% do 3T22 para o 4T22, resultado influenciado pela diminuição dos Custos de Produtos Vendidos, obtendo um resultado muito acima do período anterior.

3.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRIBUTOS

O Sistema Tributário Nacional é determinado pela Constituição Federal sendo responsável por estabelecer as normas gerais do direito tributário, determinando a competência tributária de cada nível da federação, da União, do Estado e do Município. (BRASIL, 1966). O Artigo 3 da Lei nº 5172/1966 descreve o conceito de tributo, como:

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

O Artigo 145 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, descreve os princípios gerais do sistema tributário, dividindo os tributos em 3 categorias, os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria. Além disso, este mesmo artigo descreve que os impostos, sempre que possível, deverão ser tributados de forma gradativa com base na capacidade econômica do contribuinte, seguindo os termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e a atividade econômica do contribuinte.

Entretanto, quando se analisado a matriz tributária do Brasil pode-se perceber que a maior carga tributária dos impostos possuem caráter regressivo, tendo sua incidência sobre os bens de consumo e prestação de serviço, de forma que a população com menor renda seja a mais tributada, indo em direção oposta aos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional (SALES D'ARAÚJO, 2022).

Os impostos regressivos são impostos tributados igualmente sobre os contribuindo, não levando em consideração sua capacidade econômica, desta forma, o principal imposto associado a essa categoria de imposto, é o Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, possuindo incidência sobre os bens de consumo, causando maior impacto para a população com menor renda (MARTINS et al, 2022).

Os impostos com caráter progressivos são os impostos que possuem alíquotas que aumentam com base o aumento da capacidade econômica do contribuinte, ocasionando que os contribuintes que possuem maior renda sejam os que mais recolhem imposto, portanto, são os impostos que incidem sobre a renda e patrimônio, como o Imposto de Renda e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (SALES D'ARAÚJO, 2022).

Segundo a Nota Técnica N° 54 do IPEA sobre o sistema tributário dos países da OCDE, em 2019, o Brasil possui uma carga tributária de 33,1% enquanto a média de carga tributária indicada entre os países membros da OCDE foi de 35,3%, portanto, o Brasil possui uma carga tributária menor em relação a média da OCDE. Porém, esta mesma pesquisa constatou que o Brasil possui uma arrecadação superior a 50% nos impostos sobre bens e serviços em comparação a média apresentada pelos países da

OCDE, tendo o Brasil com indicador com 14,8% do PIB, contra a média de 9,1% do PIB dos países da OCDE. Em relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, foi verificado resultados semelhantes entre os países, não apresentando diferenças significativas, porém, quando analisado os dados do Imposto de Renda de Pessoa Física, foi constatado que os países da América Latina, incluindo o Brasil, possui resultados entre 2% a 3% sobre o PIB contra 9% sobre o PIB dos países da OCDE.

Portanto, esta pesquisa demonstrou a necessidade da mudança na composição da carga tributária, sendo preciso realizar correções na tributação, ocasionando aumento dos impostos sobre a renda e patrimônio e diminuição sobre os impostos incidentes sobre o consumo. Com a obtenção de sistema tributário mais progressivo, em que a forma de tributação considere a capacidade econômica do contribuinte, auxiliaria na redução da desigualdade econômica no país e tornaria o ambiente econômico mais favorável ao negócio, de forma que diminuiria os impostos indiretos sobre os bens e serviços, não sendo necessário que o imposto seja repassado sobre o preço de venda, o que encarece as mercadorias.

3.2.1 LUCRO REAL

O Regime de Tributação Lucro Real consiste na determinação do lucro contábil da empresa, no qual a partir do valor identificado, será ajustado com as adições, exclusões, e compensações permitidas pela legislação fiscal, obtendo o lucro tributável, a base de cálculo para o IRPJ e CSLL (LOPES et al., 2017). O IRPJ e CSLL se caracterizam por tributos que possuem incidência sobre o lucro da empresa, enquanto o PIS, COFINS e ICMS são tributos que possuem incidência sobre a receita (COSTA, 2017).

O Art. 14 da Lei Nº 9.718/1998 determina quais as condições que criam a obrigatoriedade do regime tributário lucro real, sendo estas:

I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses; (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 2013) (Vigência)

II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades

corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2º da Lei nº 9.430, de 1996;

VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).

VII - que explorem as atividades de securitização de crédito.

Uma característica do lucro real é utilização de crédito tributário para tributos com aspectos não-cumulativos, como PIS e COFINS, no qual os valores tomados de crédito pela compra de mercadorias pode ser deduzida do valor apurado a recolher, a partir das vendas de mercadorias, diminuindo o valor devido a recolhimento (LOPES et al., 2017).

3.2.2 LUCRO PRESUMIDO

O Regime Tributário Lucro Presumido é uma forma simplificada de apuração, de maneira que se presume-se um lucro a partir da receita, no qual o lucro é estimado a partir de uma alíquota determinada pela legislação fiscal referente a atividade (LOPES et al., 2017).

A artigo 587 da Lei nº 9.580/2018 descreve quais empresas pode optar pelo lucro presumido:

Art. 587. A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a doze meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido (Lei nº 9.718, de 1998, art. 13, caput).

A apuração do IRPJ e CSLL deverá ser apurada de forma de trimestral, assim como no regime de tributação de lucro real, conforme descrevem Silva e Coutinho (2019), porém, a alíquota de presunção do lucro presumido está baseada na atividade econômica exercida, sendo descrito o percentual de presunção na Lei Nº 9580/2018.

3.2.3 SIMPLES NACIONAL

O Simples Nacional é uma forma unificada de tributação utilizada para a arrecadação de tributos referente a Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, sendo esse regime de tributação criado com o objetivo de simplificar e diminuir a carga tributária (SILVA; COUTINHO, 2019).

O lei responsável pela criação desse tipo de tributação é a Lei Complementar N° 123/2006, tendo no artigo 3 desta lei, as condições necessárias para o empreendedor se enquadrar como Simples Nacional:

- I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
- II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Os tributos que abrangem o documento único de arrecadação, são: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, Imposto sobre Produtos Industrializados, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Contribuição para o PIS/Pasep, Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: EXERCITANDO O EMPREENDEDORISMO

3.3.1 EXERCITANDO O EMPREENDEDORISMO

No empreendedorismo pode ser entendido como o uso da criatividade para a criação de inovações, de forma que agregue valor a um determinado tipo de produto ou serviço, que gere contribuições a uma sociedade. Para que um indivíduo possa se identificar como empreendedor, se torna necessário que possua algumas capacidades, como: a capacidade de identificar oportunidades, identificar e resolver problemas, ser criativa e desenvolver soluções inovadoras. Alguns comportamentos também são associados ao empreendedor como a proatividade, a organização, o bom relacionamento

interpessoal, a predisposição a correr riscos, o comprometimento e a busca por desenvolvimento contínuo.

A competência empreendedora é formada por três fatores: conhecimento, habilidades e atitudes. O conhecimento pode ser entendido como o conhecimento teórico adquirido por meio da formação e experiências. As habilidades são as capacidades técnicas adquiridas e aplicadas. As atitudes se referem aos comportamentos e condutas do empreendedor. Essas competências empreendedoras impactará na tomada de decisões do empreendedor, podendo influenciar nos dois tipos de situações que ocasionam o empreendedorismo, o empreendedor por necessidade e o empreendedor por oportunidades. A principal diferença entre esses tipos de empreendimento é o nível de planejamento inicial para viabilizar o negócio, de forma que o empreendedor por oportunidade tem mais chances de ser bem sucedido, por conhecer mais sobre o produto ou serviço que está ofertando, além de possuir um conhecimento maior sobre o mercado que está inserindo.

Esses conjuntos de fatores relacionados ao indivíduo, como as características do perfil do empreendedor e as competências empreendedoras, estão diretamente atreladas às crenças e valores do indivíduo, de forma que influenciam na motivação do empreendimento. As crenças podem ser coletivas ou individuais, as coletivas podem ser um conjunto de crenças dentro de uma sociedade ou religião; enquanto as crenças individuais estão mais relacionados a forma de interpretação da pessoa sobre o mundo, sua visão subjetiva sobre a realidade; desta forma, as crenças têm relação direta sobre o que a pessoa enxerga como verdade. Os valores pessoais estão atrelados ao quanto de valor é percebido sobre algum determinado comportamento, de modo que lhe cause respeito e admiração. Ambas as crenças e valores pessoais são formados no ambiente familiar, afetado pela cultura da sociedade, de forma que influencia na percepção da realidade de todos os indivíduos.

Com isto, para o desenvolvimento e fomento do empreendedorismo é necessário que o ambiente de mercado tenha uma cultura empreendedora que favoreça o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, de forma que as competências e

as características empreendedores sejam desenvolvidas ao longo do tempo, permitindo a construção de um ambiente mais propenso ao negócio.

Portanto, o ambiente o qual o indivíduo empreendedor está inserido tem alto impacto no seu comportamento empreendedor. Pode-se identificar o comportamento empreendedor em todos os ambiente que possuem interação social e espaço para criatividade, podendo ser vistas em um ambiente acadêmico, quando um aluno possui proatividade para procurar conhecimento mais profundo sobre um assunto que considera interessante; no ambiente de trabalho, quando um colaborador identifica uma forma de tornar um processo mais eficiente e eficaz; ou no ambiente de negócios, com uma pesquisa de marketing para estudar a viabilidade de lançamento de um novo produto.

Pode-se entender que todo indivíduo capaz de identificar uma necessidade ou oportunidade, e que utilize da sua criatividade para a transformar em uma inovação, obtendo assim uma resolução viável ser realizado para um problema apresentado, permitindo desta forma, realizar sua contribuição à sociedade.

4. CONCLUSÃO

Neste trabalho buscou-se analisar o Demonstrativo de Resultado do Exercício, aplicando técnicas de análise de demonstrativos contábeis, como a análise vertical e análise horizontal para analisar os dados dos três últimos trimestres de 2022 da empresa de capital aberto Ambev S. A.

Também descreve-se os tipos de orçamentos elaborados por uma organização, assim como sua importância para o planejamento das organizações. São apresentados as características do orçamento de vendas para a projeção de receita, assim como a descrição de sua composição e forma de mensurar a receita futura da organização. Foi também apresentado o orçamento operacional, descrevendo os tipos de despesas que estão atrelados e sendo considerados para sua apuração.

Também buscou-se descrever o panorama geral sobre carga tributária nacional, assim como as características progressivas e regressivas de impostos, permitindo

estabelecer uma relação entre a composição da arrecadação de tributos com os demais países incluídos na OCDE. Buscou-se entender os tipos de regimes tributários presentes no país, assim como as legislações vigentes no sistema tributário nacional que regulam estes regimes, permitindo o detalhamento sobre as regras de tributação e enquadramento das empresas em cada tipo de tributação.

Para finalizar, foi descrito as principais características atreladas ao perfil empreendedor, assim como as competências empreendedoras necessárias para o empreendedorismo. Foi explicado os tipos de empreendedorismo que possuem, o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo por oportunidade, e o estabelecimento de uma conexão entre o perfil empreendedor com a cultura empreendedora.

REFERÊNCIAS

AMBEV. Disponível em: <<https://www.ambev.com.br/>>. Acesso em: 26. Mar. 2023.

BENDO, J. M.; BREITENBACH, R.; NESPOLO, D., HUMMES, G., BREITENBACH, I. M. S.; & BENCKE, F. F. Controladoria financeira: Uma análise da vinculação com o planejamento estratégico para o orçamento empresarial no alinhamento da estratégia. XIII Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18226/35353535.v2.2013.07>. Acesso em: 08. Abr. 2023.

BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 25 out. 1966. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172Compilado.htm>. Acesso em: 08. Abr. 2023.

B3. Empresas Listadas. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm?codigo=23264>. Acesso em: 26. Mar. 2023.

CAMARGOS, M. A. de; BARBOSA, F. V. AmBev from the merger of Antarctica and Brahma to the merger with Interbrew: an analysis of financial, economic and strategic progress. REGE - Revista de Gestão, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 47-63, 2005. DOI: 10.5700/issn.2177-8736.rege.2005.36525. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36525>>. Acesso em: 26. Mar. 2023.

CORRÊA IGARASHI, D. C.; DE OLIVEIRA, C. R.; DA SILVA, R. A.; IGARASHI, W. O uso da Análise Horizontal e Vertical para apoiar a evidenciação do alinhamento entre o Balanço Social e os Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em uma empresa de energia elétrica. Gestão & Regionalidade, [S. l.], v. 26, n. 77, 2010. DOI: 10.13037/gr.vol26n77.174. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/174. Acesso em: 5 abr. 2023.

COSTA, K. P. Impacto tributário dos regimes simples nacional, lucro presumido e lucro real. In: ENCITEC, 13, 2017, Cascavel. Anais. Fundação Assis Gurgacz - FAG Toledo, 2017.

DA SILVA, L. T; COUTINHO, L. Planejamento tributário: aplicabilidade como instrumento financeiro de redução dos custos organizacionais. REGRAD - Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM - ISSN 1984-7866, [S.l.], v. 12, n. 01, p. 110 - 128, nov. 2019. ISSN 1984-7866. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/REGRAD/article/view/2843>>. Acesso em: 02 apr. 2023.

DE JESUS, R. A.; ESTENDER, A. C. Controle Financeiro Utilizando a Ferramenta Demonstrativo de Resultados. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 49-65, 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17890>. Acesso em: 3 abr. 2023.

GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira / Lawrence J. Gitman, Chad J. Zetter ; Tradução: Cristina Yamagami ; Revisão Técnica Elizabete Krauter; Vinicius Augusto Brunassi Silva, -- 14. ed. – São Paulo : Pearson Education do Brasil, 2017.

HEINECK, F.; FEIL, A. A. ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE ORÇAMENTO EMPRESARIAL EM INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS. Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 31-47, 2018. DOI: 10.5965/2316419007102018031. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/reavi/article/view/11207>. Acesso em: 28 mar. 2023.

HOJI, M. Administração financeira: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2004.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O sistema tributário dos países da ocde e as principais recomendações da entidade: Fornecendo para a reforma tributária no brasil. Nota Técnica Nº 54. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais. Brasília. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdinte54>. Acesso em: 08. Abr. 2023.

LOPES, C.; SOUZA FILHO, L. A.; SILVA, R. A.; SANTOS, F. A. Planejamento tributário: estudo de caso sobre lucro presumido e lucro real. Revista Linceu: Online, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 06-27, jun. 2017. Disponível em: https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/encitec/20171025-222020_arquivo.pdf. Acesso: 02. abr. 2023.

MARTINS, F. S.; SANTOS, L. M.; SILVA, A. C. R. Os efeitos da carga tributária regressiva na sociedade brasileira. Revista Gestão em Conhecimento. v. 9, n. 9. DOI: <https://doi.org/10.56798/RGC-09-2022-02>. Acesso em: 08. Abr. 2023.

OLIVEIRA, C. E. Orçamento de vendas: Um estudo acerca das indústrias de um distrito industrial. Gestão & Planejamento, Salvador, v. 15, n. 3, p. 487-500, jul./dez. 2014.

PADOVEZE, C. L. Orçamento Empresarial: novos conceitos e técnicas / Clóvis Luís Padoveze e Fernando Cesar Taranto. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2009.

RECEITA FEDERAL. Disponível em: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp>. Acesso em: 26/03/2023.

RI - AMBEV. Disponível em: <<https://ri.ambev.com.br/>>. Acesso em: 26/03/2023.

SALES D'ARAÚJO, P. J. Quando a desigualdade social encontra a ilusão fiscal: a regressividade cognitiva da matriz tributária brasileira. CADERNOS DE FINANÇAS PÚBLICAS , v. 22, n. 01, p. 60. DOI: <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2022.166>. Acesso: 08. Abr. 2023.

ZDANOWICZ, José Eduardo. Planejamento Financeiro e Orçamento. 4. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

O Projeto Integrado faz parte da extensão Universitária. O grupo aplica os conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolvendo estudos de caso aplicados em empresas reais e além disso, utilizam os temas de Formação para a Vida, para construir algo direcionado para a sociedade. Esta parte do projeto, está destinada ao relatório de autoavaliação dos integrantes do grupo. O relatório foi desenvolvido, para registrar essa atividade extensionista, que fará parte do currículo de cada estudante.

A equipe deve desenvolver um relatório com o conteúdo igual para todos os integrantes, mas, cada estudante deve replicar o conteúdo e colocar seu nome de forma individual, o nome dos integrantes deve estar no final do relatório, conforme campo disponível. Por esse motivo, estão disponíveis cinco anexos do relatório, destinados um para cada integrante do grupo.

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE

RELATÓRIO: PROJETO INTEGRADO ORÇAMENTO E TRIBUTOS

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MÓDULO: ORÇAMENTO E TRIBUTOS

PROFESSOR RESPONSÁVEL: PROF. ANTONIO DONIZETI FORTES

ESTUDANTE: EMERSON VIDAL RIBEIRO

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 1º TRIMESTRE DE 2023

2. DESENVOLVIMENTO

Contextualização: A proposta do projeto foi realizar uma projeção do orçamento empresarial, visando analisar a forma a estudar o orçamento da empresa estudada e seu regime tributário. O estudo também foi complementado com o entendimento sobre a carga tributária brasileira, os tipos de impostos que possuem e suas características, permitindo aos estudantes melhor conhecimento sobre os principais desafios tributários enfrentados pelos empresários.

Desafio: O principal desafio encontrado no projeto integrador foi a identificação de bibliografias atualizadas referentes a legislação de tributos, sendo que a maioria descrita se refere a legislação antiga, exigindo maior complexidade na busca e pesquisa para complementação do estudo.

Cronograma das Ações: Foi-se iniciado o projeto integrador pela descrição da empresa, sobre seus produtos e mercado de atuação; seguindo posteriormente para os tópicos de orçamento empresarial e gestão tributária, seguindo esta respectiva ordem, e finalizando com atividade proposta sobre empreendedorismo, introdução e conclusão.

Síntese das Ações:

Foi-se realizando pesquisas no google acadêmico na busca de artigos científicos que possuísssem dados sobre a empresa estudada; descrição dos tipos de orçamento e a importância do orçamento para uma organização; descrição da situação tributária brasileira e carga tributária e regimes de tributação.

a. Aspectos positivos

Aprofundamento no estudo de orçamentos e gestão de tributos.

b. Dificuldades encontradas

Dificuldade em encontrar bibliografias recentes sobre as legislações recentes sobre o sistema tributário, regimes de tributação e impostos.

c. Resultados atingidos

Entendimento sobre a funcionalidade dos orçamentos dentro de uma organização, compreensão pelas técnicas de previsão de receitas de vendas e de despesas diversas, compreensão do funcionamento do sistema tributário, os tipos de impostos que as empresas estão submetidas e os enquadramentos tributários vigentes pela legislação.

d. Sugestões / Outras observações

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA 1012022201506	NOME: EMERSON VIDAL RIBEIRO
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME